

Vol 6 Issue 12 Sept 2017

ISSN No : 2249-894X

*Monthly Multidisciplinary
Research Journal*

*Review Of
Research Journal*

Chief Editors

Ashok Yakkaldevi
A R Burla College, India

Ecaterina Patrascu
Spiru Haret University, Bucharest

Kamani Perera
Regional Centre For Strategic Studies,
Sri Lanka

Review Of Research Journal is a multidisciplinary research journal, published monthly in English, Hindi & Marathi Language. All research papers submitted to the journal will be double - blind peer reviewed referred by members of the editorial Board readers will include investigator in universities, research institutes government and industry with research interest in the general subjects.

Regional Editor

Dr. T. Manichander

Advisory Board

Kamani Perera Regional Centre For Strategic Studies, Sri Lanka	Delia Serbescu Spiru Haret University, Bucharest, Romania	Mabel Miao Center for China and Globalization, China
Ecaterina Patrascu Spiru Haret University, Bucharest	Xiaohua Yang University of San Francisco, San Francisco	Ruth Wolf University Walla, Israel
Fabricio Moraes de Almeida Federal University of Rondonia, Brazil	Karina Xavier Massachusetts Institute of Technology (MIT), USA	Jie Hao University of Sydney, Australia
Anna Maria Constantinovici AL. I. Cuza University, Romania	May Hongmei Gao Kennesaw State University, USA	Pei-Shan Kao Andrea University of Essex, United Kingdom
Romona Mihaila Spiru Haret University, Romania	Marc Fetscherin Rollins College, USA	Loredana Bosca Spiru Haret University, Romania
	Liu Chen Beijing Foreign Studies University, China	Ilie Pinteau Spiru Haret University, Romania
Mahdi Moharrampour Islamic Azad University buinzahra Branch, Qazvin, Iran	Nimita Khanna Director, Isara Institute of Management, New Delhi	Govind P. Shinde Bharati Vidyapeeth School of Distance Education Center, Navi Mumbai
Titus Pop PhD, Partium Christian University, Oradea, Romania	Salve R. N. Department of Sociology, Shivaji University, Kolhapur	Sonal Singh Vikram University, Ujjain
J. K. VIJAYAKUMAR King Abdullah University of Science & Technology, Saudi Arabia.	P. Malyadri Government Degree College, Tandur, A.P.	Jayashree Patil-Dake MBA Department of Badruka College Commerce and Arts Post Graduate Centre (BCCAPGC), Kachiguda, Hyderabad
George - Calin SERITAN Postdoctoral Researcher Faculty of Philosophy and Socio-Political Sciences Al. I. Cuza University, Iasi	S. D. Sindkhedkar PSGVP Mandal's Arts, Science and Commerce College, Shahada [M.S.]	Maj. Dr. S. Bakhtiar Choudhary Director, Hyderabad AP India.
REZA KAFIPOUR Shiraz University of Medical Sciences Shiraz, Iran	Anurag Misra DBS College, Kanpur	AR. SARAVANAKUMARALAGAPPA UNIVERSITY, KARAIKUDI, TN
Rajendra Shendge Director, B.C.U.D. Solapur University, Solapur	C. D. Balaji Panimalar Engineering College, Chennai	V.MAHALAKSHMI Dean, Panimalar Engineering College
Awadhesh Kumar Shirotriya	Bhavana vivek patole PhD, Elphinstone college mumbai-32	S.KANNAN Ph.D , Annamalai University
	Awadhesh Kumar Shirotriya Secretary, Play India Play (Trust), Meerut (U.P.)	Kanwar Dinesh Singh Dept.English, Government Postgraduate College , solan

More.....



AJUSTES CULTURAIS NO TARUMÃ MIRIM, DECORRENTES DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS

Águida Meneses Valadares Demétrio¹ and Dra. Rita Maria dos Santos Puga Barbosa²

¹Autora e pesquisadora, mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

²Pós-doutora, Pesquisadora e Docente do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

RESUMO:

Este artigo objetiva analisar as transformações ocorridas e ajustes culturais agregados em novos costumes, em dois momentos específicos da comunidade Afatam, no projeto de assentamento Tarumã Mirim, zona rural de Manaus-AM, tendo como parâmetro divisor a implantação do programa Luz para Todos e o que representa esse benefício nas necessidades básicas dos indivíduos. Foi utilizando o método etnográfico, coleta de dados pela técnica da observação participante. Análise dos resultados decorreu da releitura do Caderno de Resultados das Visitas Domiciliares, elaborado em 2009, resultante das visitas àquela comunidade como agente da Pastoral da Sobriedade, atendendo famílias vitimadas pela codependência química. Análise comparativa com o Diário de Campo elaborado entre os anos 2015/2016, na coleta dos dados para a Dissertação. A implantação do Programa Luz para Todos na comunidade pesquisada provocou modificações comportamentais e induziu ajustes ao uso de equipamentos, hábitos, beneficiando a produtividade e qualidade de vida dos indivíduos.



PALAVRA-CHAVE: Luz para Todos; Ajustes culturais; Necessidades básicas; Produtividade; Qualidade de vida.

1. INTRODUÇÃO

As modificações na cultura ocorrem como forma adaptativa às inovações tecnológicas ou às novas configurações sociais. Ela pauta-se em movimento e na capacidade de re-significar experiências (KEMP, 2004), nas adaptações que nos instigam às mudanças. Comportamentos pessoais, sociais e profissionais são norteados a partir dos elementos que compõem o meio em que vivemos. A história da sociedade humana pode até ser confundida com a história da cultura, confirmado também por Silva e Silva (2009, p. 85), quando possui abrangência nas realizações materiais e nos aspectos espirituais de um povo, no plano concreto ou imaterial. Nesse contexto insere-se também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica. Desta maneira, segundo Guerreiro (2009, p. 26) os grupos foram estabelecendo marcas distintivas, construindo identidades e modo diferenciados de se relacionar, quer seja no convívio rudimentar com a natureza ou através de utilização de técnicas, ferramentas e tecnologias avançadas.

A cultura também pode ser analisada e percebida através das suas transformações e agregações a novos costumes. Malinowski (1975, p. 42) relatou que o homem tem um corpo sujeito a várias necessidades orgânicas, e que vive num ambiente que é o seu melhor amigo, por fornecer-lhe as matérias-primas para o seu trabalho manual, e é também um seu perigoso inimigo, porque abriga muitas forças hostis, sujeitos a condições elementares que têm de ser atendidas para que possam sobreviver e a raça continuar. O homem tem que satisfazer as necessidades do seu organismo, problemas esses solucionados por artefatos, organização em grupo

e também pelo desenvolvimento do conhecimento, imprimindo uma marca em seu ambiente. Nenhuma invenção, revolução, mudança social ou intelectual ocorre, exceto quando são criadas novas necessidades e conseqüentemente, novos artifícios de técnicas, de conhecimentos ou de crenças adaptados ao processo ou a uma instituição cultural.

As relações culturais, sociais, pessoais e profissionais no projeto de assentamento Tarumã Mirim têm sofrido transformações, sobretudo com o advento do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz Para Todos - LpT). Fios, postes de cimento, transformadores, são elementos presentes em meio às matas, formando novas paisagens, onde a modernização se mescla à natureza, levando possibilidades de ajustes tecnológicos e culturais, onde antes havia somente o uso de velas, lanternas à pilha ou lamparinas abastecidas à base de querosenes ou óleo de mamona. Isto nos instigou a entender se a luz elétrica contribuiu para atender as necessidades básicas dos indivíduos, provocando inclusive ajustes culturais e maior produtividade frente ao uso de novas tecnologias, ou se propicia somente o conforto aos indivíduos.

Este artigo tem por objetivo analisar as transformações ocorridas e modificações observadas em dois momentos específicos da comunidade Afatam, no projeto de assentamento Tarumã Mirim, tendo como parâmetro divisor a implantação do Programa Luz Para Todos e o que representa esse benefício nas necessidades básicas dos indivíduos. Originou-se da dissertação "Lazer e agricultura familiar: complementares ou antagônicos nos aspectos socioeconômicos no projeto de assentamento Tarumã Mirim?", utilizando para a pesquisa o método etnográfico, pela técnica da observação participante. Para a pesquisa de campo, foi utilizado o gravador, e as informações do "dito" e do "observado" foram registradas no diário de campo, cuja transcrição resultou em 199 páginas, que compuseram as bases empíricas para a dissertação, da qual destacamos fragmentos pertinentes para compor este artigo. Tal pesquisa foi aprovada pelo Conselho de Ética, através do CAAE 51295515.9.0000.5020 e número de parecer 1.350.135, de 03 de dezembro de 2015.

1.1 A abordagem teórico-metodológica

Este trabalho se fundamentou na pesquisa qualitativa, que, segundo Minayo (2015) se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Segundo a área de conhecimento, esta adequa-se entre as Ciências Sociais Aplicadas, (GIL, 2010, p. 26), porém permitindo o diálogo com diversas grandes áreas do conhecimento, através da interdisciplinaridade, em um intercâmbio mútuo nos diversos conhecimentos, de forma recíproca e coordenada. É também uma pesquisa descritiva, visando à identificação, registro e análise das características adquiridas através de coletas de dados, estudados no seu habitat natural, relatados no diário de campo, pelo método etnográfico. Na etnografia, recomenda-se ao etnógrafo que de vez em quando deixe de lado a máquina fotográfica, lápis e caderno, e participe pessoalmente do que está acontecendo, tomando parte nas atividades, passeios, ou sentar-se com eles, ouvindo e participando das conversas, orienta Malinowski.

Isto me instigou a participar, vivenciar, conhecendo suas rotinas, costumes, tradições, conversando e observando. Oliveira Filho (1999, p. 212), orienta que as narrativas etnográficas devem ser escritas na 1ª pessoa, pois o olhar etnógrafo descreverá as diferenças e a variação no outro. A partir do dito, cito o "eu" nos momentos específicos da pesquisa de campo, retornando ao pronome na 1ª pessoa do plural "nós" nas análises e interpretações dos dados coletados, os quais foram procedidos conjuntamente com a coautora deste trabalho. A análise dos dados decorreu da releitura do Caderno de Resultados das Visitas Domiciliares, elaborado em 2009, decorrente das visitas àquela comunidade como agente da Pastoral da Sobriedade em atendimento às famílias vitimadas pela codependência química, que deram origem à obra "Conversa de Mãe"¹ e analisados comparativamente com o Diário de Campo da Dissertação, elaborado através da etnografia entre os anos 2015/2016.

1.2 O projeto de assentamento Tarumã Mirim

O projeto de assentamento Tarumã Mirim foi criado em 1970 e com o decorrer do processo foi subdividindo em diversas comunidades. Do ramal principal (ramal do Pau-rosa) abrem-se as vicinais, que adentram no território rural. O nome que deu origem ao ramal principal derivou-se da atividade da retirada da madeira pau-rosa no Km 30 do referido ramal, para extração do óleo e da própria madeira, nativa e abundante na

época da criação do assentamento, porém nos dias atuais encontra-se praticamente extinta, salvo poucas unidades em alguns lotes. Ainda há a usina (desativada), onde se extraía o óleo (muito utilizado na indústria de cosméticos) e a madeira (de lei, nobre, devido à sua boa qualidade, aroma e beleza). O acesso ao referido assentamento pode ser realizado via terrestre, através do Ramal do Pau-rosa, estrada secundária, à altura do KM 21 da BR 174 (sentido Manaus-Boa Vista), e via fluvial pelo Rio Negro através do igarapé Tarumã Mirim a sudoeste e pelo Igarapé Tarumã Açú a noroeste. Limita-se ao norte e ao sul com terras da União de competência da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, conforme Pinto e Carvalho (2007). Possui uma área de 42.910,76 ha com capacidade para assentar 1.042 famílias, porém existindo uma quantidade superior ao estipulado, por haver, em diversos lotes, mais de uma família lá residindo.

Em virtude de a pesquisa geral (a dissertação) relatar alguns fatos que poderiam comprometer a posse da terra de alguns moradores, bem como no intuito de manter o sigilo da pesquisa, substituímos o nome da comunidade escolhida por um pseudônimo em que não a identifique, porém que detenha o significado do objeto pesquisado. A agricultura familiar no Tarumã Mirim, que forma o acrônimo Afatam. Os acrônimos são escritos em letras maiúsculas, porém neste trabalho o nome da comunidade foi citada em minúscula, exceto a 1ª letra, como se fosse uma palavra própria, identificando-a. Devido à grande extensão geográfica e a elevada quantidade de famílias assentadas (aproximadamente 1.500 famílias), tornou-se inviável o trabalho de campo abranger a todo o assentamento, definindo-se o espaço de uma das comunidades (a Afatam) para as entrevistas, porém as diversas comunidades existentes no assentamento possuem rotinas e costumes similares. A comunidade Afatam não se localiza nas margens de nenhum dos três grandes rios citados, porém nela existem diversos igarapés, como o igarapé do Cabeça, igarapé do São José, igarapé do Cipó, dentre outros, que ultrapassam várias comunidades, desaguando no rio Tarumã Açú.

Para os sujeitos da pesquisa foram estipulados as siglas ENT-1 até ENT-70, aos 70 entrevistados na comunidade dentro dos critérios de inclusão (ser proprietário do lote, maior de 18 anos, etc.), e DIV-1 a DIV-6 aos personagens mais relevantes da comunidade, que não detêm a posse jurídica da terra (fora dos critérios da inclusão), também no intuito de preservar os seus anonimatos. A forma expressa do linguajar caboclo foi preservada, não tendo como objetivo estigmatizá-los, mas sim respeitar a forma de expressão dos mesmos².

2. A ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

Em 1879 Dom Pedro II concedeu a Thomaz Alva Edison o privilégio de introduzir no país aparelhos e processos de sua invenção destinados à utilização da eletricidade na iluminação pública. Foi inaugurado na Estação Central da Estrada de Ferro Dom Pedro II, atual Central do Brasil, a primeira instalação de iluminação elétrica permanente (ELETROBRAS). Desde então, a energia elétrica faz parte da vida dos brasileiros há alguns séculos e é considerada indispensável para grande parte da população. Porém, havendo ampla divulgação, seu acesso não está disponível para todos, principalmente aos habitantes de áreas rurais (FREITAS e SILVEIRA, 2015, p. 178). O programa Luz Para Todos foi criado, visando à diminuição da desigualdade social por meio da universalização do acesso à energia no meio rural. Em conformidade com a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, Art. 14. Inciso II, § 12, que trata do processo de universalização dos serviços públicos de energia elétrica no meio rural, e o § 13, que reporta à subvenção econômica às concessionárias e permissionárias de serviço público para eletrificação rural, a referida lei institui o direito de que todos os solicitantes de energia sejam atendidos, promovendo a inclusão social das famílias rurais de baixa renda por meio do fornecimento dos serviços de distribuição de energia.

No ano de 2000, mais de 10 milhões de habitantes não possuíam acesso à energia elétrica, em um quadro de exclusão demandando serem corrigidos. Diante deste cenário, por meio do Decreto nº 4.873 de 11.11.2003, o governo federal instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos), inclusive mitigando o impacto tarifário, com a alocação de recursos subvencionados e financiados, de acordo com a Eletrobrás, priorizando comunidades inseridas em programas sociais federais, assentamentos rurais, etc.

Coelho et al. (2003) explicam que o consumidor rural não pode arcar com todas as despesas para ter acesso à esse benefício em diversas localidades, devido à rede elétrica não passar em frente à sua residência. No

que diz respeito ao estado do Amazonas, é impossível discutir a universalização da energia elétrica, sem pensar nas desigualdades dessa distribuição na região, não podendo ser analisada a partir dos mesmos critérios com que se analisa a realidade do resto do país, exigindo uma reflexão mais abrangente aos problemas envolvidos com a distribuição de energia elétrica em diversos aspectos: jurídicos, econômicos, sociais, individuais, regionais, ambientais e éticos. Ora, se a Constituição garante direito a todos, também é fato que, historicamente, o poder econômico tem atropelado direitos constituídos. Na zona rural do Amazonas há enormes contingentes populacionais que não se beneficiam do conforto da eletricidade.

Em conformidade com o Ministério das Minas e Energia, além das dificuldades de logística para a execução das obras, nas regiões norte e nordeste do país, elas concentram também parcela significativa da população contemplada no Plano Brasil Sem Miséria, do Programa Territórios da Cidadania e Minorias Sociais. Visando o atendimento dessa demanda, o Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, que instituiu o Programa "LUZ PARA TODOS" para o período de 2011 a 2014, foi prorrogado pelo Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014, até o ano de 2018, com o mesmo objetivo: universalização do serviço de acesso e uso de energia elétrica à população do meio rural. Tal decreto relata que são beneficiários do Programa Luz Para Todos: as pessoas domiciliadas em áreas de concessão e permissão cujo atendimento resulte em elevado impacto tarifário (zona rural); as atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania; pelo Plano Brasil Sem Miséria; os assentamentos rurais, as comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades localizadas em reservas extrativistas. Saliendo que levar a energia elétrica para a zona rural, mesmo com os esforços das associações ou cooperativas, torna-se um custo elevado, tornando-se inviável sem os subsídios do Estado.

2.1 Viver sem luz (elétrica): um apagão na qualidade de vida?

Famílias sem acesso à informação, às possibilidades de conservação de alimentos, aos eletrodomésticos, e com condições precárias de vida, resultam em exclusão social. Se levar em consideração o exposto no Artigo 1º da Constituição Federal de 1988, os direitos de cidadania e dignidade humana não estavam garantidos sem distinção (FREITAS e SILVEIRA, 2015, p. 190). Antes da regulamentação do Decreto nº 7.520 (ou "lei da luz" conforme citado por diversos assentados), o consumidor que pretendesse ser beneficiado pela energia elétrica, deveria fazer altos investimentos (exemplificando-se os casos como os da área rural), pois as concessionárias não eram obrigadas a arcar com o custo da obra de eletrificação.

Levando-se em consideração o baixo poder aquisitivo daqueles que vivem na zona rural, resultava que as famílias viviam sem luz (elétrica), utilizando processos arcaicos na agricultura, salmorando seus alimentos, habituando-se à escuridão, restando-lhes somente a possibilidade que o Estado subsidiasse a implantação da luz junto às concessionárias de energia elétrica. Em conformidade com Freitas e Silveira (2015, p. 188), "essa mudança de critérios devem-se à necessidade de atender mais efetivamente as regiões com mais baixos IDHs e com dificuldades naturais", como localização geográfica afastada da zona urbana, dificuldade de acesso devido à precariedade das estradas, dispersão entre as residências, como são os casos dos projetos de assentamentos, na zona rural. Esses fatores repercutem em maiores aportes financeiros pelo fato de os custos de ligações elétricas serem elevados, tornando insustentável atingir o objetivo de eletrificação sem o programa LpT. Cruz et al, (2004), nos esclarecem que a inexistência de energia elétrica impossibilita o acesso da população a diversos serviços sociais básicos, tais como água, saneamento, educação e comunicação, proporcionando uma íntima relação entre os indicadores de eletrificação e o grau de modernização do espaço rural, repercutindo na qualidade de vida.

2.2 Viver com luz e dignidade

A eletrificação auxilia o processo de fixação do homem no campo, conforme explana Cruz et al. (2004), desonerando o Estado nos seus gastos públicos com diminuição dos custos com infraestrutura urbana, que, é válido citar, é mais onerosa que os da zona rural. Com a melhoria das condições de vida no campo, desestimula a migração para a cidade, permitindo a permanência do indivíduo em seu ambiente familiar e social. A energia elétrica na zona rural propicia o desenvolvimento e a alavancagem do setor agrícola do país, propicia maior produtividade, utilização dos processos de irrigação na agricultura, uso de equipamentos adequados que

dependem de eletrificação tais como: furadeiras, serras, trituradores, misturadores de adubos. Possibilita também a execução de trabalhos noturnos, tais como os puxiruns da noite e da madrugada, etc. Ademais, permite diversas atividades noturnas, a citar: cursos profissionalizantes, desenvolvimentos educativos diversos, socialização, execução de trabalhos domésticos, lazer. Incrementa, inclusive, a demanda urbana por eletrodomésticos, dentre eles o freezer ou geladeira, de suma importância para a conservação de produtos alimentícios, contribuindo com a qualidade de vida dos indivíduos.

2.3 Luz e necessidades básicas

Cada cultura deve satisfazer o sistema biológico das necessidades (Malinowski, 1975, p. 160), tais como as ditadas pelo metabolismo, reprodução, as condições fisiológicas de temperatura, proteção da umidade, vento (impacto direto das forças prejudiciais de clima e tempo), segurança contra animais ou seres humanos perigosos, repouso ocasional, o exercício do sistema muscular e nervoso em movimento, a regulação do crescimento, etc. Tão logo a anatomia humana é suplementada por uma chama, um agasalho, ferramentas, não somente satisfaz uma necessidade corporal, mas também cria necessidades derivadas, ou seja, amplia sua segurança e seu conforto (p. 114), e aumentam as demandas para outros aspectos suplementares. Na tabela das Necessidades Básicas e Respostas Culturais criadas por Malinowski (1975, p. 89) tal fato nos instiga às análises dessas necessidades atendidas a partir do usufruto da energia elétrica.

Tabela 1 – Necessidades básicas e respostas culturais

	Necessidades básicas		Respostas culturais
1	Metabolismo	1	Aprovisionamento (suprimento de alimentos)
2	Reprodução	2	Parentesco (renovação do efetivo populacional)
3	Confortos corporais	3	Abrigo (gradação de temperatura, acolhimento)
4	Segurança	4	Proteção (contra ataque de animais, danos corporais)
5	Movimento	5	Atividades (raio de ação para exercícios)
6	Crescimento	6	Treinamento (desenvolvimento das aptidões)
7	Saúde	7	Higiene (organismo em condições saudáveis)

FONTE: (MALINOWSKI, 1975, p. 89)

Nas análises mais detalhadas relacionadas às interligações entre as sete necessidades básicas e as respostas culturais advindas dessas justaposições (Malinowski, 1975, p. 87-105), analisamos as contribuições pertinentes advindas do uso da energia elétrica nas respostas culturais:

a) metabolismo/aprovisionamento: satisfação direta de necessidades alimentares. Os atos de comensalismos nos remetem aos fatos que, anteriormente, os alimentos eram selecionados, temperados, assados e cozidos, para consumo imediato. Pela impossibilidade de haver o acesso imediato aos alimentos a qualquer momento, recorria-se salmoração (água saturada de sal para conservar carnes, peixes, etc.). Com as possibilidades de acondicionamento para conservação, através do resfriamento ou congelamento, ampliam-se as opções de aprovisionamentos, alargam as diversidades alimentares, dilatam as formas de conservarem os alimentos;

b) reprodução/parentesco: a criança humana precisa de proteção dos pais durante um período muito mais longo que dos outros animais. Ao analisarmos o prolongamento desses cuidados, somos instigados a interligar com posto de saúde, médicos, vacinas (que demandam acondicionamentos em refrigeração adequada). Quanto mais distante um posto de saúde, menores os acessos à saúde pública, ao acompanhamento pelo pediatra, ao atendimento às vacinações adequadas às crianças. Para a implantação do posto de saúde, no intuito de atender tanto a comunidade Afatam quanto outras dezenas de comunidades dentro do projeto de assentamento Tarumã Mirim, houve a necessidade da implementação de rede devidamente eletrificada. Com essas ações, não somente o atendimento médico, quanto outras ações assistencialistas destinadas às crianças, tais como: Bolsa

Família; Programa Leite do Meu Filho; Programas das Vacinações, etc. interligaram os aspectos obrigatórios com os benefícios disponibilizados pela rede de cuidados essenciais providas do Estado;

c) confortos corporais/abrigo: como resposta a confortos corporais, que se estende entre o ótimo de temperatura corporal, como o uso de roupas, fogo e espaços fechados. Nem os seres humanos primitivos ou civilizados “agarravam-se” indefinidamente a uma pele, um couro, um tecido, quando precisavam de proteção. Eram acessórios externos a demandar sua higienização, porém não com a assiduidade que hoje demandam os tecidos ou as residências. Distam-se os tempos do uso de peles rústicas dos animais para o conforto corporal. As estruturas das moradias foram se modernizando, transformando-se em locais seguros, e posteriormente priorizando o conforto, protegendo-se das condições climáticas adversas. Todas essas utilidades físicas são usadas como parte rotineira da vida organizada. Devido ao organismo e o meio gerarem substâncias que demandam a necessidade da limpeza, os eletrodomésticos participam também ativamente desse processo. Devido às condições climáticas no Amazonas, as calefações ambientais não são utilizadas, com contraposição, há a demanda por ventiladores, ares condicionados, possibilitando o conforto dentro das residências;

d) Segurança/proteção: a organização de defesa contra o perigo natural ou cataclismo, ataques de animais ou violência humana, envolve obviamente instituições tais como o lar, a municipalidade, etc. A proteção muito frequentemente consiste no exercício de previsão e planejamento. O equipamento em artefatos, o sistema de regras, a necessidade biológica de autopreservação e o medo do perigo são reinterpretados e adaptados ao ambiente. Apesar de o homem não ser um animal predominantemente notívago, ele não se recolhe logo ao anoitecer. A escuridão esconde perigos que vão desde simples acidentes a consequências fatais. Esses aspectos protetivos ampliaram-se com o advento da luz, ao levar energia elétrica para as residências, com a abrangência da iluminação em maior amplitude ao da lanterna ou lamparina, proporcionando maior visibilidade e mais segurança aos assentados;

e) movimento/atividades: o organismo humano, normal e repousado, precisa de movimento. Este é um imperativo geral imposto pela natureza humana sobre a civilização. A satisfação dessa necessidade é, por um lado, essencialmente determinada pelo fato de que, sem ação muscular e uma orientação definida do sistema nervoso, o homem nada realiza. Há um vasto campo nos aspectos psicológicos, culturais, sobre atividades estabelecidas e organizadas, tais como esportes, danças e festividades. Sua atividade regulada e estabelecida tem o seu valor biológico e educacional, ao proporcionar o lazer na comunidade, e a energia elétrica contribui para a geração e manutenção dessas atividades;

f) crescimento/treinamento: maneira pela qual o indivíduo é gradualmente adestrado em ofícios, ensinado a usar a linguagem e outros artifícios simbólicos de sua cultura, obrigado a entrar em um conjunto de instituições sempre mais amplo, do qual ele se torna membro efetivo quando atinge plena maturidade e assume sua parcela de cidadania tribal. O crescente treinamento é um processo contínuo, um conhecimento do qual nos dá a chave de muitos elementos fundamentais de organização humana, tecnologia, conhecimento e crença. O treinamento pode ocorrer em diversos âmbitos, desde a sociedade fechada na sua família, quanto nas instituições escolares; nos agrupamentos associativos ou cooperativos. Nesse aspecto, a energia elétrica vem a ter sua parcela de participação eminente, ao possibilitar o uso de ferramentas modernas, equipamentos com maior precisão e otimização produtiva;

g) saúde/higiene: ligado ao bem-estar orgânico, disposições sanitárias, exposição às intempéries. A essa necessidade básica tem a sua resposta cultural a partir da higienização ao corpo, aos aspectos sanitários adequados. A existência de água encanada dentro das residências é fator preponderante, porém, para bombear água dos reservatórios naturais para as caixas d'água ou tambores apropriados, a energia elétrica é fundamental.

As atividades humanas podem também ser classificadas de acordo com o tipo, o assunto e o fim específico (Malinowski, 1975, p. 106), envolvendo organização econômica, influência educacional, de severidade costumeira, de autoridade política, mas não é esse o foco neste momento, visto que, nesse trabalho, estamos interligando as necessidades básicas com a utilização da energia elétrica.

2.4 Transformações e ajustes culturais frente às tecnologias

Algumas transformações e especificidades foram observadas entre os anos de 2009 e 2016, quando das minhas idas àquela comunidade, tais como os ajustes culturais frente às novas tecnologias, beneficiadas pelo Programa Luz para Todos, proporcionando energia elétrica aos comunitários, ocorrendo um processo de integração, mas também impulsionando a diferenciação social (MATOS, 2015). Onde antes as residências eram compostas por paredes, tetos, bancos e pequenos apetrechos, hoje alguns possuem freezers, ares condicionados, televisores de plasma, Disco Versátil Digital (DVD), micro-ondas; outros possuem simples geladeiras e pequenos ventiladores, e outros ainda, pelas precariedades financeiras, beneficiam-se somente dos “bicos” de luz e, no máximo, uma televisão.

Citamos aqui um equipamento que possui interferência predominante em todos os âmbitos culturais, quer seja pessoal ou profissional, que é a bomba submersível, comumente conhecida como “bomba-sapo”. Possui esse apelido porque funciona mergulhada dentro da água. Equipamento simples, de fácil manuseio, preço acessível. Ligada à rede elétrica através de um quadro de comando, contendo chave e disjuntor, de fácil instalação e manuseio simplificado. Matos (2015, p. 75), cita que, em “busca de comodidade, as famílias têm cada vez mais se apropriado de equipamentos de captar água. As moto-bombas vêm ganhando adeptos com o programa do governo Luz para Todos”. Considerada a vedete rural, atriz principal a proporcionar benefícios advindos da água encanada nas residências, nos canteiros ou nas plasticulturas³, transformou-se em um dos principais artefatos tecnológicos no campo. Presente na maioria das casas, essencial nos aspectos produtivos, sendo possível o seu uso somente com a existência da energia elétrica.

Ressalto as modificações percebidas entre 2009, quando iniciei meus trabalhos sociais naquela comunidade, e não possuía energia elétrica, e quando efetuei a etnografia para a minha dissertação, agora beneficiada pelo programa Luz para Todos. Os assentados, salvo raras exceções, permaneceram os mesmos, porém os hábitos cotidianos modificaram-se:

a) as lavadeiras nos igarapés. Em 2009, quando em visitas à comunidade, observei as lavações de roupas à beira dos igarapés. O projeto de assentamento Tarumã Mirim é reconhecidamente um “assentamento das águas”, beneficiado pela existência de diversos igarapés, e a comunidade Afatam não foge à regra. As peças de roupas ficavam expostas ao sol para “quarar”, em um processo de clareamento das roupas brancas, expondo-as ao sol com sabão, (Houaiss, 2010), e aquelas que não necessitavam alvejar eram postas ao molho nas bacias, para “amolecer” a sujeira. O equipamento essencial para a lavagem era uma prancha de madeira (tábua), firmada em troncos para não ser arrastada pela correnteza, e fixa às margens. O processo consistia em elevar pausadamente a roupa ao ar, e deixá-la cair pesadamente sobre a tábua, em pancadas sucessivas. O processo da retirada do sabão se executava elevando-se delicadamente a peça de roupa com uma mão, enquanto que, com a outra, esguichava água, em um processo contínuo, até o momento em que a lavadeira não pressentia mais a saída de espumas da roupa. Após o processo de enxague eram postas a secar, quer seja nas moitas dos arbustos ramosos, ou nas cordas de varais estendidas à beira dos igarapés. Vento e sol executavam a secagem das roupas, tornando-as mais leves para serem levadas para casa. Por diversas vezes acompanhei as mulheres nessa lida, às margens dos igarapés, enquanto conversava, ouvia e participava dos afazeres, como uma forma de aproximação a elas. O hábito de lavar roupas nos igarapés era prática comum na comunidade. Com a “chegada” da luz, esses hábitos foram se modificando, os ajustes tecnológicos se adequando, porque em praticamente todas as casas, hoje, há um tanquinho, ou a máquina mais sofisticada, reservando os igarapés somente para o lazer em suas águas. Nas regiões mais longínquas do Amazonas, às quais ainda não estão beneficiadas com a existência da energia elétrica, essa prática de lavar roupas nos igarapés ainda é corriqueira nas tarefas domésticas, conforme relatos de Velho (2009 p. 103) “as mulheres gostam de ir lavar roupa no rio”; Gorayeb (2008, p. 91), “e os pequenos igarapés para lavar roupa, lavar louça e tomar banho”; Souza (2015, p. 20) “descia para lavar roupas e louças no igarapé”; Maciel e Filippini (2010, p. 42) “lavar roupas nos igarapés que cortavam a cidade”, etc.

b) substituição do rádio pela televisão. No primeiro período citado neste trabalho, o uso do rádio à pilha era instrumento essencial nas residências. Gomes e Oliveira (2015) informam que, do ponto de vista comunicacional, o rádio permite veicular informações rápidas e simultâneas, além de se colocar em disponibilidade 24 horas por dia. Isto lhe confere um poder particular de atingir diferentes tipos de audiência e

ser um veículo potencialmente mobilizador de grupos sociais, devido a sua capacidade de influenciar pessoas e interferir na agenda social, principalmente das camadas populares. Em 2015/2016, mesmo o rádio “perdendo o seu posto” para a televisão, ainda é elemento presente em diversos lares, haja vista que ele se encontra em 5º lugar, dentre os 16 tipos de lazer apresentado à comunidade quando da pesquisa de campo. O fato nos surpreendeu, pelo advento dos noticiários televisivos, que imaginávamos superar em muito os programas radiofônicos. Em alguns entrevistados, inquiri: Por que ouvir rádio? Não tem televisão em casa? Onde alguns⁴ me esclareceram: “Tem sim, mas é que de madrugada eu acordo, ligo o rádio e fico escutando as notícias, ainda deitado” (ENT-65); “Di madrugada, tá muito frio pra levantar da cama, então é mais prático ligar bem baixinho o rádio, pra não acordar a véia (esposa) e ficar ouvindo uma musiquinha, as notícias, assim, debaixo das cobertas” (ENT-67). As preferências para “ouvir o rádio” foi mais citada por 56,52% dos homens e 43,48% das mulheres, enquanto que “assistir TV” foi citada por 62,60% das mulheres e 37,40% dos homens, demonstrando-se que as mulheres têm mais preferências por assistir televisão enquanto que os homens preferem ouvir rádio. Dumazedier (1973) cita que o lazer instalou-se na família no momento em que esses aparelhos (rádio, televisão, etc.) integraram-se no mobiliário doméstico. A televisão, (idem, p. 144), tornou-se um dos mais apreciados instrumentos do lazer, por ser comum a todas as classes e categorias sociais. Em diálogos com diversos moradores da comunidade Afatam, inquiri-lhes sobre o hábito televisivo. ENT-5, 74 anos; ENT-21, 63 anos; ENT-29, 71 anos, ENT-54, 70 anos, me confirmaram que, apesar de se divertir assistindo televisão, ela também atrapalha o diálogo familiar. “Antes a gente si reunia (reunia) in vorta da mesa, cunversava, contava os causos do dia. Hoje é todo mundo de ôi (olhos) grudado na TV, ninguém qué sabe dicunversá” (ENT-60, 72 anos). Dumazedier (1973, p. 194) vem a confirmar essa inquietação ao afirmar que “a televisão prejudica a conversação. Se fala menos quando o receptor está ligado. O espetáculo televisionado alegra o horizonte familiar e ao mesmo tempo suscita limitadas conversações”, afirma ele.

c) uso de privadas. Pequeno compartimento com porta, utilizado para urinar e defecar. Até a metade do séc. XIX, o banheiro ainda não havia se tornado um cômodo residencial no Brasil. Até então a latrina, instalada sob fossa fétida, era localizada do lado de fora da casa, nos fundos dos quintais, sem água corrente, e consistia em um buraco escavado na terra, assoalho com piso de madeira, e uma das tábuas do piso continham círculo ou um quadrado, por onde fezes e urinas eram eliminadas. Observei (e tive que usá-las por diversas vezes) quando visitava aquela comunidade. Para acudir as necessidades fisiológicas noturnas, eram utilizados penicos (urinol) - vaso portátil para se urinar e defecar. Esse fato do uso do urinol reportou-nos às necessidades básicas da tabela de Malinowski da proteção, em defesa contra o perigo natural ao ataque animal, na escuridão da noite. Em um 2º momento, estando a comunidade já beneficiada com o advento da Luz para Todos, as privadas em diversas residências na comunidade pesquisada foram substituídas pelo vaso sanitário, devido a existência da canalização da água. Esse foi mais um ajuste cultural, beneficiado pela utilização tecnológica, proporcionado pela bomba-sapo, movido à energia elétrica, transportando água do igarapé para as moradias. Em diversos lares ainda não existem os apetrechos adequados ao banheiro, tais como a caixa de descarga, porém os moradores utilizam o balde para despejar água no vaso, bem como a pia ainda não é elemento presente em diversos banheiros. As modificações mais aparentes foram: a aproximação da privada ao ambiente doméstico; o buraco no chão substituído pela fixação do vaso sanitário; o piso de madeira substituído pelo piso cimentado.

d) o hábito do banho. A imersão, especialmente em água para lavar, higienizar, refrescar têm propósitos higiênicos, terapêuticos e lúdicos. Em registros históricos de “Mil anos com banho!”, Custódio (2011) cita que, apesar de reconhecer que o banho, como hábito de higiene, sofreu seus períodos de rejeição e foi até objeto de superstições entre a idade média, nos dias atuais, ele representa uma prática “quase” cotidiana, e de considerável complexidade, do ponto de vista social e antropológico. O “quase” se destaca, levando-se em consideração ainda haver povos que não apreciam o banho diário. Em 2009 observei que a prática do banho demandava esforços físicos acentuados, porque os indivíduos desciam as encostas dos igarapés, para banhar-se ou para levar água em vasilhames para as residências. Para o aproveitamento do tempo e esforço físico, quem se encarregava de buscar água, já aproveitava a deixa, e higienizava-se no igarapé, destinando a água para outros fins ou outras pessoas. Os banhos nas residências consistiam em despejar água sobre o corpo ou na cabeça, utilizando-se um recipiente para tal, havendo a preocupação para não desperdiçar. Ocorria geralmente em

espaço aberto (principalmente crianças), com os pés sobre tábuas, para não sujar-se de areia, os adultos higienizavam-se em precários cômodos de madeira, fora das residências. Com o benefício da luz elétrica, mais uma vez a bombasubmersa protagoniza os ajustes culturais, ao transportar a água do igarapé para caixas d'água, os precários cômodos transformaram-se em banheiros com paredes de alvenarias, geralmente dentro ou muito próximo das residências, e existência de chuveiros a substituir a “caneca” utilizada anteriormente para despejar água. O igarapé destinou-se somente para o lazer aos finais de semana, ou para pescarias;

e) o jogo de bola. Em 2009 já era prática comum o jogo de bola entre os assentados, durante os finais de semanas campinhos improvisados no assentamento. No período da pesquisa de campo entre 2015/2016, constatamos que essa atividade expandiu-se para outros dias da semana, dependendo da disposição e do calendário esportivo promovido pela associação ou pelas iniciativas particulares. Nas noites que lhes apetece, aproveitando os “bicos de luz” para clarear o campo improvisado, eles se exercitam e se divertem. Matos (2015, p. 122), observou também em outras regiões amazônicas essa transformação, ao citar que, “com o Programa Luz para Todos, os comunitários se organizam para continuar a jogar com o espaço iluminado à luz elétrica. Nesse lado do mundo, no adormecer do sol, é a luz artificial que permite a visibilidade da bola que rola no campo”. O jogo de bola, apreciado por homens e mulheres no Tarumã Mirim, se beneficiou também do advento da luz, propiciando atividades físicas e lazer, renovando emoções, assegurando qualidade de vida e refutando o sedentarismo. Após a compilação dos dados coletados, o jogo de bola alcançou o 6º lugar na preferência entre eles, o que foi também nos apresentou como surpresa, pois imaginávamos que fosse ficar entre os três primeiros lugares dentre os 16 tipos de lazer mais praticado pelos moradores. Reis (2006) cita que o futebol é o esporte coletivo de maior sucesso, pois possui uma característica mimética que propicia ao seu público elevada tensão na expectativa do desenrolar das ações dos jogadores e da equipe, com funções de sociabilidade, interdependência e quebra de rotina, mesmo que praticados continuamente, porque há variações em cada momento. Esta é uma atividade bastante praticada no tempo livre, tanto por homens quanto por mulheres, proporcionando emoções intrínsecas ao lazer, aliviando o estresse do dia a dia, proporcionando uma espécie de alívio, visto que essa prática cuida do corpo e contribui para a interação entre os comunitários. Na pesquisa de campo constatamos que muitos dos que praticam esta atividade, não são os beneficiários da terra (dentro dos critérios de inclusão), mas sim os seus filhos, filhas e esposas;

f) o trabalho da parteira. Salvo raras exceções, os partos domiciliares, com o acompanhamento da parteira, foram extintos com a implantação do Posto de Saúde, após a luz chegar ao projeto de assentamento Tarumã Mirim e, conseqüentemente, à comunidade Afatam. São os costumes urbanos inserindo-se no contexto rural, miscigenando os hábitos, mudando comportamentos. O ambiente rural encontra-se em transição com o urbano no Tarumã Mirim. Em entrevista com a DIV-4, benzedeira e parteira local, ao lhe inquirir sobre o seu ofício de parteira, ela me falou que já havia “aparado” mais de 80 crianças, porém agora são poucos os que buscam esse serviço com ela. Tal fato também me foi confirmado pela DIV-1, agente de saúde, à qual atende diversas comunidades do assentamento. As famílias procuram o acompanhamento do pré-natal pelo médico da família que faz atendimento no posto de saúde local. Para o parto, as parturientes deslocam-se para as maternidades em Manaus AM. Matos (2015, p. 219), como resultado dos seus estudos no interior do Amazonas, cita que “as mulheres, que antes era assistida por parteiras da comunidade, agora passaram a fazer o pré-natal por agendamento de consulta médica. A parteira perdeu a sua função na comunidade”. Essa “migração cultural” dos povos, os serviços de parteira, para a medicina tradicional, ofertado pelo posto de saúde do Tarumã Mirim também foi mais uma modificação observada entre os dois períodos vivenciados na comunidade;

g) o momento do repouso. Dentro do contexto rural, as árvores em volta das residências fazem parte do paisagismo natural, em uma extensão às residências. Geralmente embaixo das árvores existiam rústicas mesas, bancos e troncos, formando o paisagismo doméstico. Com um olhar mais apurado, os visitantes poderiam detectar cordas afixadas aos seus troncos, em um convite a atar redes, e nelas embalar apreciando a brisa que geralmente balançavam folhas e galhos, refrescando o ambiente. Esses momentos de descanso nas redes armadas embaixo das frondosas árvores de sombras convidativas, enquanto aguardavam o abrandamento das elevadas temperaturas, instigavam ao ócio e contemplação, em apreço à natureza. As mesas ainda permanecem embaixo das árvores, os bancos e troncos, mesmo sofrendo ações diretas das intempéries da natureza,

resistiram ao tempo. No entanto a brisa natural, a balançar folhas e galhos, perdeu espaço para a tecnologia, sendo o vento originado do ventilador mais atrativo, dentro das casas, mesmo que, dependendo da intensidade do calor, pouco refresca. Nas residências onde os proprietários são mais abastados (Houaiss, 2010), os ares condicionados ligados em sua potência máxima rompem o elo homem-natureza, devido ao isolamento em compartimentos fechados, longe da brisa, do vento ou do calor escaldante, que é a característica peculiar do Amazonas. Aos migrantes dos pampas gaúchos e catarinenses que residem na comunidade, essa tecnologia os “reportam” às suas terras de origem, “manipulados” pelas sensações provocadas pelos ajustes tecnológicos;

h) os eletrodomésticos. No interior das residências, às quais existiam somente os móveis (rústicos) atualmente existem freezers, geladeiras, liquidificadores, micro-ondas. Em algumas, tais como nas residências dos ENT-19, ENT-22, ENT-30, ENT-40, ENT-50, verifiquei a existência de ares condicionados, televisores de plasma, Disco Versátil Digital (DVD), micro-ondas, freezers, chuveiro elétrico, enquanto outros possuem simples geladeiras e pequenos ventiladores. O calor também é amainado, conforme referências de Matos (2015, p. 88), “possibilitando disporem de água resfriada em geladeiras ou freezers”, mas também “impulsionando a diferenciação social” (idem, p. 88) por uns possuem muitos eletrodomésticos enquanto outros permanecem ainda na precariedade. Entre os dois momentos comparativos nesta pesquisa, houve um equipamento doméstico que evoluiu em demasia, que foi o ferro de engomar. Apesar de as vestimentas utilizadas na zona rural, pela sua simplicidade, geralmente não necessitarem da engomagem, as roupas “domingueiras” exigia esse cuidado. Em 2009 existia o ferro à brasa, que continha uma tampa que era levantada para se colocar a brasa acesa dentro. Tornava-se necessário bastante atenção, pois a fuligem podia cair do ferro e sujar a roupa limpa ou a brasa cair no tecido, queimando-o. Por estranho que pareça, o equipamento poderia também esquentar muito, chegando a queimar a roupa. Na atualidade, existem ainda alguns desses equipamentos, porém nas estantes ou jirais (depósito de utensílios domésticos feito de tábuas), como relíquias obsoletas, a lembrar de um tempo sem luz;

i) a educação escolar. Na modalidade de Educação Básica do Campo, a educação para a população rural está prevista com adequações necessárias às suas peculiaridades, conforme Decreto 7.352, de 04 de novembro de 2010. Nele define-se que as populações do campo (os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, etc.), sejam atendidas observando-se à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, abrangendo crianças, jovens e adultos. No entanto, sem os benefícios da energia elétrica, tornava-se inviável o funcionamento das escolas no período noturno, geralmente destinados aos adultos, o que prejudicava a formação, o que nos reporta mais uma vez a Malinowski (1975), nas necessidades básicas dos indivíduos, sobre o treinamento, que é a maneira pela qual os povos são gradualmente adestrados em ofícios, aperfeiçoamento ao uso da linguagem e outros artifícios simbólicos de sua cultura. A comunidade Afatam é assistida por duas escolas e, em 2009 funcionavam somente nos turnos matutinos e vespertinos. No entanto, com o advento da Luz para Todos, uma delas passou a ofertar aulas no período noturno, disponibilizando cursos para os adultos, geridos pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED); Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), e também cursos profissionalizantes ministrados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE AM).

j) telefone rural. Para os “videntes” da vida moderna, o celular tornou-se um apêndice do corpo. Para uma minoria, o telefone fixo atende às necessidades de comunicação. E como seria viver sem nenhum desses dois ícones tecnológicos? Dia e noite, ano após ano? Como se comunicar com indivíduos que não estão próximos? Por carta? Mas, na zona rural, não há os serviços dos correios e telégrafos! A comunidade Afatam, em 2009, ainda sem energia elétrica, vivia na “mudez tecnológica”. Para amenizar essa ausência de telefone, somente se na residência houvesse um gerador de energia, a atender a demanda residencial, porém os custos financeiros desse benefício são elevados, tornando-se inviável. Restava, portanto, para os recados de urgência e emergência, a perna. Isso mesmo. A utilização das pernas para levar a voz, quer seja andando ou pedalando. Para uma pequena parcela dos moradores, a utilização da moto ou do carro, para o deslocamento até os vizinhos, a comunidade, o mundo, para poder se comunicar. Em 2009, eu evitava antecipar ou adiar as visitas domiciliares àquela região, porque não tinha como avisá-los. Mas, com a chegada da luz elétrica, essa deficiência

foi sanada, ao inserir-se entre as “trilhas tecnológicas”, o telefone rural. Equipamento obsoleto na zona urbana, porém na zona rural é essencial para comunicação e informação. O sistema de telefone rural trata-se de uma tecnologia para voz e dados. Nada mais é que um rádio que transmite a linha telefônica ou um ramal de um lado para outro com total qualidade. Podem ser usados para diversas funções em empresas e propriedades rurais. É mono canal, tendo apenas um canal de comunicação. Depende de energia elétrica para carregar a bateria.

k) A produtividade agrícola. A água é um dos elementos essenciais à produtividade agrícola, e a sua forma de captação contribui para a otimização do processo de cultivo. Porém, na impossibilidade do transporte de água em quantidade suficiente para suprir os aspectos produtivos, as plantações “desciam” para as margens dos igarapés, ao terreno baixo e plano (Houaiss, 2010), devido à proximidade com a água. Pequenos canteiros situavam-se próximo às residências, com suas plantações de cebolinha, cheiro verde, pimenta de cheiro ou ardida, e ervas medicinais para os chazinhos, para uso próprio. Naquela comunidade, observei o costume dos sistemas de puxiruns (ou mutirões). O puxirun, em conformidade com Matos (2015), é o ajuntamento de pessoas para executar uma tarefa, quer seja originada da necessidade, quer do desejo de alguém, onde o pagamento da diária se dá através da troca de serviços, e não através de dinheiro. Quando nos referimos aos puxiruns, imediatamente nos vêm à mente os ajuntamentos tradicionais diurnos, para execução de tarefas. Em 2009, observei duas formas tradicionais de puxiruns: os comunitários e os do dia. Em 2015/2016 detectei duas formas específicas de puxiruns: os da noite e os da madrugada, e em todos, como elemento de interligação, verifiquei a utilização da bomba submersível, ou comumente conhecida como “bomba-sapo”, possível de ser usada somente com a existência da energia elétrica. As diversidades de puxiruns ocorrem instigadas principalmente pelo tipo de cultivo.

Os puxiruns comunitários são aqueles desenvolvidos em terrenos das associações (ou cooperativas) de moradores, por assentados que possuem lotes sem possibilidade de mecanizarem, bem como inacessibilidade para escoarem as suas produções, por encontrarem-se assentados em áreas isoladas, que somente a pé ou de moto se têm acesso. Formam sete equipes, (uma para cada dia da semana) em cada tipo de cultivo, sob a coordenação de um líder, a desenvolver os trabalhos nas estufas (cheiro verde) ou a “céu aberto”, como é o caso das plantações de pimenta de cheiro. Os puxiruns do dia são aqueles que a temperatura ambiente não importa, tais como a farinha, o preparo do solo, a construção de barracões, o preparo de um banho nas interligações entre os lotes, as colheitas (dependendo do produto). Entre um e outro período analisados, o processo da fabricação das farinhas sofreram ajustes, tais como a ralação das mandiocas (ou macaxeiras) em ralos manuais, quando não possuía energia elétrica, e nos caititus, tocado à energia elétrica, nos dias atuais. Os puxiruns da noite são os cultivos sensíveis às temperaturas elevadas, sendo a sua colheita adequada à noite, tais como o cheiro verde, cebolinha e alface. Se manuseados em altas temperaturas, a sua qualidade fica comprometida. Levando-se também em consideração que eles têm que estar no ponto de distribuição (geralmente feira da Manaus Moderna e Feira do produtor, em Manaus-AM) às 5 horas da manhã, para serem comercializados no mesmo dia da coleta. Os puxiruns da madrugada são os cultivos em plasticultura que, em dias de colheitas, iniciam-se muito cedo, geralmente às 02h00min da manhã, para fugir das temperaturas elevadíssimas nas estufas após as 11h da manhã. Após esse horário, até as 16h, não é aconselhado o trabalho nas estufas, pelo risco da excessiva desidratação do corpo dos trabalhadores, levando-os inclusive a desmaios. Para os puxiruns da noite e da madrugada, os “bicos de luz” são essenciais para a execução do trabalho, dando-lhes condições de executarem as tarefas. Também possibilitam afastar os animais ferozes (as onças são comuns na comunidade Afatam) ou peçonhentos (os anfíbios são abundantes).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Viver sem a energia elétrica é ter restringido a sua cidadania, porque as pessoas estão separadas por desigualdades econômicas e sociais (Coelho et al, 2003), havendo uma estreita relação entre distribuição de eletricidade e a exclusão social. A inexistência dos benefícios da energia elétrica acarretam problemas que interferem na qualidade de vida, proteção, lazer, produtividade, etc. porque em diversos parâmetros analisados percebemos as suas essencialidades. Nos aspectos pessoais, verificamos desconfortos térmico-corporais; riscos ao transitar à noite devido à escuridão; ocorrências de incêndios domésticos causados pelo uso de velas;

problemas respiratórios causados pela queima do combustível querosene à noite nas lamparinas; impossibilidades da conservação de alimentos. Nos aspectos sociais, as escolas rurais são impossibilitadas de funcionar à noite; há restrições relacionadas ao lazer noturno. Nos aspectos profissionais há a impossibilidade do uso de diversos equipamentos agrícolas que dependem de energia. A energia elétrica contribui para o conforto, a qualidade de vida, subsistência, sustentabilidade e produtividade econômica, atendendo inclusive as necessidades básicas da vida.

CONCLUSÕES

A implantação do Programa Luz para Todos na comunidade pesquisada provocou modificações comportamentais e induziu ajustes ao uso de equipamentos e ferramentas, facilitando a realização de diversos trabalhos. Contribuiu para atender as necessidades básicas dos indivíduos, no que concerne ao abastecimento, ao possibilitar a conservação de alimentos; proporcionou melhores atendimentos às crianças, adolescentes, anciãos e mesmo os adultos, com a implantação do posto de saúde, contando com a presença de médicos, vacinações, orientações; conforto, segurança e atividades físicas sofreram alargamento das possibilidades. Desenvolver as aptidões pode ocorrer no círculo fechado da família, porém poderá ser potencializado com formações adequadas nas escolas, incluindo os adultos, que durante o dia encontram-se envolvidos nas atividades laborais em busca da sua subsistência. Dentre todos os âmbitos das necessidades básicas analisadas, a possibilidade da canalização da água, pela tecnologia da bomba submersa, movida à energia elétrica, foi a que mais ampliou a melhoria em diversos contextos, quer seja na praticidade doméstica, quer seja produtiva, contribuindo com a qualidade de vida dos indivíduos beneficiados com esse advento.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de BRASIL: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 abr 2015.
- BRASIL. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4873.htm. Acesso em: 13 jan 2016.
- BRASIL. Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica para o período de 2011 a 2014, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7520.htm. Acesso em: 10 jan 2016.
- BRASIL. Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014. Altera o Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8387.htm. Acesso em 15 jan 2016.
- BRASIL. Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10438.htm. Acesso em: 15 jul 2016. T
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Anexo à portaria no 522, de 13 novembro de 2015. Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica. Disponível em: https://www.mme.gov.br/luzparatodos/downloads/manual_de_mperacionalizacao_do_programa_luz_para_todos_2015_2018.pdf. Acesso em: 02 ago 2016.
- Centrais Elétricas Brasileiras S.A (ELETROBRAS). Centro da memória da eletricidade no Brasil. Disponível em: <http://memoriadaeletricidade.com.br/default.asp?pagina=destaques/linha/1879-1896&menu=375&iEmpresa=Menu#375>. Acesso em: 02 jul 2016.
- COELHO, Valois Coelho; MARIA, Ilsa; CARTAXO, Elizabeth Ferreira. Encontro de Energia no Meio Rural. An. 3. Enc. Energ. Meio Rural 2003. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000022000000200006&script=sci_arttext. Acesso em: 30 jul 2016.

- CRUZ, Cassiano N. P.; MOURAD, Anna L.; MORÍNIGO, Marcos A.; SANGA, Godfrey. Eletrificação rural: benefícios em diferentes esferas. An. 5. Enc. Energ. Meio Rural 2004. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000022004000100050&script=sci_arttext. Acesso em: 16 ago 2016.
- CUSTÓDIO, José de Arimatéia Cordeiro. Mil anos com banho! Anais de Estudos Antigos e Medievais. 21 a 23 set 2011. doi: 10.4025/10jeam.ppeuem.03021. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2011/pdf/comun/03021.pdf>. Acesso em: 16 ago 2016.
- DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FREITAS, Gisele; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. programa luz para todos: uma representação da teoria do programa por meio do modelo lógico. Publicado em planejamento e políticas públicas | ppp | n. 45 | jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/504/374>. Acesso em: 29 jul 2016.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOMES, Renata Machado dos Santos; OLIVEIRA, Valdir de Castro. Ciência & saúde coletiva. Cooperação internacional Brasil-Cuba-Haiti: o papel das rádios comunitárias no fortalecimento da mobilização social no âmbito da saúde pública no Haiti. Publicado em: Ciênc. saúde coletiva vol.20 n.1 Rio de Janeiro Jan. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232015000100199&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 02 ago 2016.
- GORAYEB, Adryane. Análise integrada da paisagem na bacia hidrográfica do rio caeté – amazônia oriental – Brasil. Rio Claro SP: Universidade Estadual Paulista, 2008. 206 f. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/100074/gorayeb_a_dr_rcla.pdf?sequence=1. Acesso em: 02 ago 2015.
- GUERREIRO, Silas. O campo da antropologia: constituição de uma ciência do homem. IN: RIBAS, João Batista Cintra (Org). As origens dos antropos. 9. ed. São Paulo: 2009.
- HOUAISS, Antônio. Minidicionário Houaiss da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- KEMP, Kênia. Identidade cultural. In: Antropos e Psique: o outro lado da subjetividade. GUERREIRO, Silas (org). 9. ed. São Paulo, 2004. p.65-86
- MACIEL, Regiane Macedo; FILIPPINI, Elizabeth. Revista Eletrônica Abore - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 04 Dez/2010. Manaus: uma reflexão acerca de seu passado. Disponível em: http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_4/37.pdf. Acesso em: 02 ago 2016.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Uma teoria científica da cultura. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MATOS, Gláucio Campos Gomes de. Ethos e figurações na hinterlândia amazônica. Manaus: Valer/FAPEAM, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 34.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Ensaio em antropologia histórica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- PINTO, Willer Hermeto Almeida BRASIL. CARVALHO, Albertino de Souza Carvalho. Geoprocessamento aplicado a análise físico-territorial da área do Tarumã – AM. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3003-3009. Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim. Manaus, 1999. Disponível em: <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.13.13.15/doc/3003-3009.pdf>. Acesso em: 28 ago 2015.
- REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Futebol e violência. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. São Paulo: Contexto, 2009.
- SOUZA, Kelly Cristina Pereira. Ecoteca digital. A (Re)interpretação e educação ambiental no parque nascente do Mindu. Publicado 1 sem 2015. P. 15-24. Disponível em: <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/1sem2015/junho/Jun.15.24.pdf>. Acesso em 02 ago 2016.
- VELHO, Otávio Guilherme. A frente agrícola. In: Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de

penetração numa área da Transamazônia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 87-138. ISBN: 978-85-9966-291-5. Available from SciELO Books.

¹ DEMÉTRIO, Águida Meneses Valadares. *Conversa de mãe*. São Paulo: Scortecci, 2013.

² Respeitado as expressões das pessoas entrevistadas, registrando o linguajar caboclo, para que não se perca a característica linguística regional de quem deu o depoimento. Ainda que não seja um trabalho voltado para a análise da linguagem, ele poderá se constituir em material futuro para investigação de algum outro pesquisador nessa área, daí a importância da riqueza linguística dos depoimentos que coletar. Sistematização também observada obra *A educação nas manifestações culturais populares religiosas: benzedores e a transmissão de saberes e "segredos"*. BALDINO, José Maria; LOURES, Patrícia M. Loures; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães. *Caminhos*. V. 13. 2, jul/dez 2015. <http://dx.doi.org/10.18224/cam.v13i2.4023> Fonte: <http://seer.ucg.br/index.php/caminhos/article/view/388-400/2464>.

³ Cultivo auxiliado por plásticos, sendo os transparentes para os tetos das casas de plantio, que mantêm a temperatura e umidade elevada em seu interior e protegem das chuvas e intempéries, sendo muito usadas para abrigar sementeiras e cultivos mais exigentes/delicados, como pimentão, tomate, rosas etc. e os plásticos pretos para o solo, em culturas como a do morango, para evitar a perda de umidade do substrato e impedir o contato deste com o fruto.

⁴ Especificação daqueles que citaram "ouvir rádio" como 1ª ou 2ª opção de lazer: (ENT-7, 2ª opção; ENT-15, 2ª opção; ENT-18, 2ª opção; ENT-22, 2ª opção; ENT-29, 1ª opção; ENT-32, 1ª opção; ENT-40, 2ª opção; ENT-47, 1ª opção; ENT-51, 2ª opção; ENT-55, 1ª opção; ENT-62, 2ª opção; ENT-64, 2ª opção).



ÁGUIDA MENESES VALADARES DEMÉTRIO

Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2017); Especialização em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas - CIESA (2013); Graduada em Ciências Contábeis - CIESA (2001); Experiência na área comercial (empresária no ramo de supermercado); Agente da Pastoral da Sobriedade (atuando em apoio a dependentes químicos e familiares); Escritora (7 obras publicadas sobre as consequências ao uso abusivo das drogas psicotrópicas); Palestrante (orientações sobre relacionamentos familiares).



RITA MARIA DOS SANTOS PUGA BARBOSA

Natural de Manaus-AM, Licenciada, Doutora e Pós doutora em Educação Física. Técnica em Atletismo; especialista em Administração Desportiva; Gerontóloga. Mestre em Ciência de Alimentos; e em Educação. Foi docente FEF-UFAM 1984/2015; Docente credenciada no Programa de Pós-graduação de Sociedade Cultura da Amazônia-UFAM. Autora de livros em educação física gerontológica, imagem corporal, estilo de vida de adolescentes do Amazonas, empreendedorismo na educação física, história de educação física no Amazonas e atletismo

Publish Research Article

International Level Multidisciplinary Research Journal For All Subjects

Dear Sir/Mam,

We invite unpublished Research Paper, Summary of Research Project, Theses, Books and Books Review for publication, you will be pleased to know that our journals are

Associated and Indexed, India

- ★ Directory Of Research Journal Indexing
- ★ International Scientific Journal Consortium Scientific
- ★ OPEN J-GATE

Associated and Indexed, USA

- DOAJ
- EBSCO
- Crossref DOI
- Index Copernicus
- Publication Index
- Academic Journal Database
- Contemporary Research Index
- Academic Paper Database
- Digital Journals Database
- Current Index to Scholarly Journals
- Elite Scientific Journal Archive
- Directory Of Academic Resources
- Scholar Journal Index
- Recent Science Index
- Scientific Resources Database

Review Of Research Journal
258/34 Raviwar Peth Solapur-
413005, Maharashtra
Contact-9595359435

E-Mail-ayisrj@yahoo.in/ayisrj2011@gmail.com